

A peste bubônica no Brasil: debates e controvérsias (1897-1904)

MATHEUS ALVES DUARTE DA SILVA*

Introdução

O presente artigo trata dos resultados iniciais da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), intitulada: “Da pulga ao rato: a peste bubônica em debate no Brasil (1897-1904)”. Os principais objetivos do projeto consistem na análise do debate científico ocorrido no Brasil em torno da transmissibilidade da peste bubônica e dos meios a serem empregados para debelá-la. Serão enfocadas, também, ao longo do estudo as controvérsias científicas acerca do tema, e o processo de construção da noção de que a maneira adequada de combate à peste consistia na destruição dos ratos e de suas pulgas. Nesse artigo, pretende-se discutir como a transmissibilidade e a profilaxia da peste bubônica foram postuladas e defendidas pelos médicos e cientistas brasileiros nos primeiros anos de epidemia no país, isto é, 1899 e 1900.

A peste bubônica aportou no Brasil pela primeira vez, em Santos, em outubro de 1899 e posteriormente no Rio de Janeiro, em janeiro de 1900. Na Capital Federal, a doença apresentou características epidêmicas, rapidamente se espalhando pela cidade, tendo sido contabilizados 295 óbitos naquele ano (SILVA JUNIOR, 1942). No entanto, a preocupação das autoridades federais brasileiras tinha começado há alguns anos, em virtude do aparecimento de epidemias de peste em diversas partes do mundo e se agravou com o surgimento de focos da doença em Portugal e no Paraguai, ambos no ano de 1899 (CUKIERMAN, 2007).

O final do século XIX fora um momento profícuo para o estudo da peste bubônica. Em um momento de acelerada expansão comercial marítima, controlada pela Europa, uma grave epidemia da doença surgiu na China, em 1894, rapidamente se espalhando para Índia e Indochina, áreas de interesse estratégico de França e Inglaterra. Nesses locais, com o apoio das autoridades metropolitanas, cientistas de diversas nacionalidades realizaram estudos, buscando identificar o agente etiológico da peste. Em 1894, dois cientistas, o francês Alexander Yersin e o japonês Shibasaburo Kitasato, postularam, concomitante e

* Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Bolsista Fapesp.

separadamente, que a peste era causada por um micróbio, atualmente nomeado *Yersinia pestis* (HIRST, 1953: 101-106).

Ainda que o meio científico tenha se dividido quanto à primazia da descoberta, rapidamente se construiu o consenso de que a peste era causada por um micróbio, abrindo assim, uma frente de pesquisas para se identificar os meios de sua transmissão. A forma atual de explicação, na qual a pulga do rato contaminado por peste é o principal vetor da doença foi postulada pela primeira vez em 1898, a partir dos trabalhos de Paul-Louis Simond. Além dessa teoria, surgiram, naquele período, basicamente, outras três para explicar a transmissibilidade da peste, que serão discutidas na seção seguinte Simond (HIRST, 1953: 101-106).

No entanto, segundo os estudos historiográficos sobre as epidemias de peste bubônica no Brasil, a existência de outras teorias para explicar a transmissibilidade da peste esteve ausente do meio científico nacional. Dentre esses trabalhos, o de Jaime Benchimol é, indubitavelmente, uma referência constante. A tese de Benchimol sobre a temática, que encontra eco na historiografia posterior (CUKIERMAN, 1998, NASCIMENTO, 2010, por exemplo), pode ser apreendida na seguinte citação:

No começo de 1904, Oswaldo Cruz deu início à campanha contra a peste bubônica, muito menos controversa que a da febre amarela, pois nenhum médico contestava o fato, comprovado por Yersin em 1898, de que a doença era transmitida pela picada das pulgas infectada pelo sangue de ratos pestosos. A profilaxia dependia, também, da notificação obrigatória do doente para que fosse submetido ao tratamento com o soro fabricado em Manguinhos. Além da aplicação preventiva da vacina entre os habitantes das áreas mais infestadas, como os da zona portuária, procedeu-se à desratização da cidade (BENCHIMOL, 1990: 25) [grifos meus].

Desse modo, segundo o autor, a profilaxia contra a peste bubônica em comparação com a de outras epidemias do período, como a febre amarela e a varíola, era menos controversa e, portanto mais facilmente executável. O ponto principal de sua argumentação repousa no suposto consenso existente entre os médicos brasileiros de que a peste era transmitida pela pulga do rato, e que, portanto, uma campanha baseada na desratização e no isolamento de doentes era necessária e indiscutível. A argumentação de Benchimol suscita alguns questionamentos: havia de fato, em 1904, um consenso entre os médicos brasileiros de que a

peste era transmitida pela pulga do rato? Em caso afirmativo, como se construiu esse consenso? E por que essa tese tornou-se consensual, e não outras? São essas perguntas que o artigo pretende responder.

A inexistência de um consenso internacional

Os questionamentos acima expostos tornam-se mais relevantes se examinarmos a historiografia estrangeira sobre a mesma temática, qual seja, a das pesquisas realizadas sobre a peste bubônica entre fins do século XIX e início do XX. É curioso notar que, ao contrário de Benchimol, esses trabalhos indicam, que do ponto de vista internacional, não havia consenso entre médicos e cientistas sobre as causas da transmissão da peste bubônica. Ao comentar a recepção do meio científico às publicações das pesquisas de Paul Louis-Simond, Brosolet e Molaret afirmam (1994: 95-96):

l'importance de cette decouverte capitale du chaînon manquant la transmission de la maladie n'échappa pas à Yersin qui lui [Simond] écrivit, le 6 decembre suivant: "Vous [Simond] étes le vrai en atribuant aux puces une part importante dans la disseminassion de la peste". Mas elle échappa a presque tout le monde scientifique: allemands, anglais, japonais niérentle role da la puce. Des annes durant, "il fut le magicien des puces", pour sés collegues [grifos meus].

O mesmo tom pode ser encontrado em trabalhos que versam sobre as epidemias de peste bubônica na China, um dos principais palcos de estudo dos pesquisadores europeus acerca da peste bubônica. Segundo Carol Benedict (1996:141), assim constituiu-se a política sanitária adotada em Hong Kong, na passagem do século XIX para o XX:

Even after 1898, when Paul Simond published his classical paper hypothesizing that the rat flea was the missing link in the chain of plague transmission, many westerns authorities initially refused to accept it (Hirst, 1953:152-163). When laboratory studies in Hong Kong failed to demonstrate that rats could be infected by fleas, scientists conclude that "plague infected fleas are of no pratical importance in regard to the spread of plague" (ibid: 159), and authorities continued to believe that plague was spread by direct contact either between people or with their household itens.

Por fim, é possível citar o trabalho de Hirst, intitulado *The conquest of plague*. Publicado originalmente em 1953, é ainda hoje uma das obras de referência sobre a história da peste bubônica. Embora seu discurso seja muitas vezes apologético, transformando os cientistas em verdadeiros heróis ou vilões, sua análise é reveladora ao demonstrar a inexistência de um consenso científico acerca da transmissibilidade da peste bubônica na virada do século XX. Segundo Hirst (1953: 158-159):

This novel conception of bubonic plague as a flea-borne disease was ill received by many epidemiologist, and most sanitary authorities adopted a very cautious attitude towards it. The customary reaction to a new and unfamiliar idea seems to have been even more vigorous than usual. (...) Many experts in Europe were highly critical of Simond's views. Galli-Valerio (1900) objected that the fleas found on rats did not bite man (...) Kolle (1901) was unable to transmit plague from infected to healthy rats by means of fleas. Klein (1906) thought that 'there is a distinct failure of evidence that transmission of the disease is affected by fleas or lice' from an infected animal to a healthy one.

Ainda segundo o autor, o consenso internacional de que a peste era transmitida pela pulga do rato só começou a ser construído alguns anos depois, a partir das pesquisas realizadas por uma Comissão Internacional na Índia, cujos resultados foram publicados de 1906 a 1912 (Ibidem : 172-173). Até essa data, existiam três teorias, além daquela de Simond, que explicavam a transmissibilidade da peste por outros meios que não pela picada da pulga do rato. Essas teorias podem ser esquematizadas da seguinte maneira, seguindo a definição proposta por Hirst:

Teoria alimentar da peste: Postulada por Willian Hunter, Wilm, Atkinson e Simpson. Defendiam que a peste era transmitida por via digestiva, através de alimentos ou da água contaminada. Os ratos e humanos infectados por peste defecavam no solo, e os micróbios eram então levados por moscas, formigas e baratas até os alimentos, que ficavam contaminados. (Ibidem: 111-113) Uma variante dessa teoria ganhou força a partir de 1898, após a publicação do relatório de conclusão dos trabalhos de Primeira Comissão Internacional na Índia, que afirmava que a peste era transmitida de rato para rato através da ingestão, por esses animais, de outros ratos mortos, e passava ao homem graças ao contato entre feridas no pé humano e micróbios presentes no solo graças à evacuação dos ratos. Essa posição foi

combatida a partir de 1907, em função de pesquisas realizadas pela segunda Comissão Sanitária Internacional na Índia (Ibidem:114). Um ponto a ser destacado dessa teoria é que ela reconhecia o rato como um agente importante na cadeia epidêmica, mas não fazia menção às pulgas.

Teoria contagionista: Essa teoria diferia da anterior ao postular que a maior incidência da transmissão da peste não se dava pelo contato do homem com o solo ou com alimentos infectados, mas sim de homem para homem, através do ar, do contato direto ou de objetos contaminados. Desse modo, a única solução viável para combater a peste seria isolar os doentes, desinfetar suas casas, roupas e pertences e criar um cordão de desinfecção cujo alvo era as bagagens de pessoas saídas de locais infeccionados (Ibidem: 115) É interessante notar que, a desinfecção não tinha como alvo eliminar a pulga, mas sim, o “gérmen” da doença (Ibidem: 116-117).

A teoria miasmática: Ainda que a descoberta do micróbio da peste pudesse invalidar uma teoria miasmática sobre a transmissão da doença, muitos médicos acreditavam que ela era transmitida pelo ar poluído e podia ser vencida se as pessoas mantivessem as portas de suas casas abertas para facilitar a circulação de ar (p119-120).

De modo geral, essas eram as formas de se explicar a transmissão da peste bubônica, nos últimos anos do século XIX e na primeira década do século XX: 1) a pulga do rato pestoso picava o ser humano e assim ele adquiria a peste bubônica; 2) o homem era contaminado ao ingerir alimentos ou água nos quais o germe da peste estivesse presente; 3) a transmissão da peste se dava pelo ar, por contato direto entre pessoas ou através de objetos contaminados, como roupas, envelopes, dentre outros e o principal vetor era o ser humano; 4) o homem adquiria a peste graças a uma poluição do ar.

Existia um consenso no Brasil?

Se não havia um consenso no mundo científico acerca da transmissibilidade da peste e dos meios a serem empregados para combatê-la, seria o Brasil uma exceção, onde o consenso prevalecia, como afirma a historiografia nacional (Benchimol, 1990)? Ou então, é possível conjecturar que, seguindo uma tendência mundial, os médicos e cientistas brasileiros não

concordavam sobre a transmissibilidade da peste, havendo, desse modo, partidários da teoria da transmissão pela pulga e defensores de teorias rivais.

As duas hipóteses parecem plausíveis, à primeira vista, e podem ser discutidas simultaneamente. Uma forma de proceder dessa maneira é analisar publicações médicas e científicas brasileiras que versem sobre a peste bubônica, situadas no período imediatamente anterior a 1904. Se elas contiverem trabalhos que defendam que a peste bubônica não é transmitida ao homem pela pulga do rato, mas por outros meios, teremos então invalidado a primeira hipótese e confirmado a segunda. Um dos problemas desse método será perceber, se uma hipotética discordância abala o caráter consensual advogado por Benchimol acerca da transmissibilidade da peste no Brasil. Essa objeção pode ser refutada de maneira quantitativa, se percebermos que uma soma considerável de trabalhos contestam a transmissibilidade da peste bubônica pela pulga do rato, ou de maneira qualitativa, se essa contestação vier de personagens de renome e influência dentro dos campos médico e científico brasileiro. A questão que permanecerá em aberto será a de mensurar uma suposta influência ou renome, o que discutiremos nas páginas seguintes.

Para realizar esse estudo, foram analisados os artigos sobre a temática presentes no *Brazil Medico*, um dos mais importantes periódicos científicos brasileiros do período estudado (SCHWARCZ, 1993). O primeiro artigo sobre peste bubônica encontrado no periódico, data de 22 de fevereiro de 1897, de autoria do médico Marcelo Nery, intitulado “A peste bubônica”. Segundo o autor, a transmissibilidade da doença se dava da seguinte forma:

A transmissibilidade da peste é, portanto, incontestada; mas o ar representa um papel secundário nesta transmissibilidade. O contato direto é o mais bem averiguado, vem em seguida a transmissibilidade por contato indireto, por intermédio de roupas, colchões, objetos que serviram aos enfermos, etc.

A fala de Marcelo Nery permite situá-lo entre os defensores da teoria contagionista da peste bubônica, praticamente hegemônica até os primeiros estudos de Simond, publicados na França em 1898. No *Brazil Medico*, o primeiro artigo encontrado, que defende a transmissibilidade da peste bubônica pela pulga do rato é de autoria de outro pesquisador francês, Alexander Yersin e publicado em outubro de 1899. Esse texto aborda uma epidemia de peste ocorrida no sudeste asiático e vem a público no Brasil em um momento no qual a

possibilidade da chegada da doença ao país era uma ameaça real. Assim postula Yersin sobre a transmissibilidade e os meios a serem empregados para deter a doença:

O Dr. Simond pensa que as pulgas contribuem em grande parte para a transmissão. Compartilhamos inteiramente a sua opinião, e como ele, pensamos que a evacuação das casas não impede que as pulgas permaneçam nas enxergas e no solo” (...) Acreditamos que uma excelente medida seria a destruição dos ratos e camundongos nas aldeias vizinhas da zona infectada, porquanto sabemos hoje que a peste é transmitida principalmente por estes roedores e seus parasitas (YERSIN, 1899 : 389).

Aparentemente, no entanto, as ideias de Simond encontraram pouca aceitação entre os cientistas brasileiros, pelo menos entre aqueles que escreviam no *Brazil Médico*. De outubro de 1898, data da publicação original de Simond na França, até dezembro de 1900, quando a primeira epidemia de peste começou a declinar no Rio de Janeiro, foi encontrado apenas um texto, o já citado artigo de Yersin, defendendo, categoricamente, que a peste era transmitida pela pulga do rato. Em outros textos, autores brasileiros e estrangeiros postulam que o rato desempenha um papel importante na epidemia de peste, por exemplo, contaminando o solo ou a água com suas fezes, e, portanto defendem que uma medida de profilaxia seria destruição dos roedores, sem ser, no entanto, a principal medida a ser tomada pelas autoridades brasileiras.

A título de exemplo, apresentaremos aqui dois trabalhos publicados no periódico, que defendem outras formas de transmissibilidade da peste bubônica que não pela pulga do rato. O primeiro foi escrito por Nuno de Andrade, médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e à época, diretor geral de Saúde Pública, principal autoridade sanitária do país. Trata-se de um resumo do relatório acerca da chegada da peste em Santos, em outubro de 1899, vindo a público nos mês seguinte: “Excluo a hipótese do caso mórbido importado, do qual não há notícia, e não pode, conseqüentemente, ser comprovado: mas firmo, como verossímil, a da contaminação pelos objetos, exatamente aquela que com maior frequência se realiza entre localidades distantes” (ANDRADE, Nuno, 1899: 413).

O segundo fragmento é de autoria de Camillo Terni, médico italiano e diretor do Instituto Soroterápico de Messina. Esse médico era um renomado estudioso da peste bubônica, tendo

concebido uma vacina e um soro antipestoso de maneira distinta daqueles desenvolvidos por Haffkine e Yersin, respectivamente. Terni se encontrava no Brasil desde o aparecimento da doença no país, realizando pesquisas e procurando convencer as autoridades brasileiras a utilizarem o seu método de preparo de soros e vacinas. O artigo que se segue, publicado em 15 de junho de 1900, é a compilação de uma palestra conferida por Terni na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 19 de maio do mesmo ano. Denominada, “Linfatite e peste bubônica”, trata-se de um estudo sobre as diferentes manifestações da doença, os métodos para curá-la, bem como dos meios de contágio. Segundo Terni (1900: 212)

*(...) das muitas observações epidemiológicas está agora estabelecido, (...), que a difusão dos germens da peste no ambiente externo vem especialmente por meio dos ratos, e que geralmente as epidemias de peste são sempre precedidas e acompanhadas da epizootia de ratos. A transmissão de indivíduos e indivíduo por contágio direto ou pelas roupas sujas se limita sempre a um foco restrito da infecção facilmente dominável com as medidas profiláticas da higiene moderna, porém quando se observa o aparecimento da epizootia pestosa nos ratos, pode-se estar certo que se verificarão casos de peste no homem, **sem que seja possível demonstrar alguma relação de contágio direto entre os mesmos.** (...) Simond foi levado a concluir que as pulgas eram os agentes intermediários da passagem da peste para o homem. Deixando de parte, semelhante questão, combatida pela observação, epidemiológica e dados experimentais de outros pesquisadores (...) e das minhas pesquisas, posso concluir que muitos outros insetos, concorrem à importação dos germens da peste dos cadáveres dos ratos nas nossas habitações: e quer seja diretamente por meio de ratos doentes, quer pelos insetos, pode haver a infecção das substâncias alimentares e a possibilidade de contrair a moléstia por via gastro-intestinal. Wilm admite também a possibilidade de contaminação da peste por meio da água potável [grifos meus].*

O presente fragmento elucidada, em vários aspectos, as diferentes questões que são objeto do nosso estudo. Primeiro, encontramos um personagem importante, dentro do campo científico, defendendo uma posição contrária àquela postulada por Simond e outros cientistas ligados ao Instituto Pasteur de Paris. Segundo, essa posição conflitante estava sendo socializada com os diversos cientistas e médicos brasileiros, tanto com aqueles que estiveram presentes à sessão na Sociedade de Medicina e Cirurgia, quanto com os leitores do *Brazil Médico*. A importância

da fala de Camillo Terni dentro do meio científico pode ser mensurada a partir da relevância dada a ela pelo *Brazil Médico*. A palestra foi dividida em três partes, ocupando as primeiras páginas de três edições consecutivas do periódico, contabilizando, em média, 4 páginas por edição. As edições do periódico possuíam, em média, um total de oito páginas, se subtraímos as que continham apenas anúncios.

Quanto ao conteúdo propriamente do artigo, temos, em primeiro lugar, uma clara refutação a teoria de Simond, tratada como amplamente desacreditada na comunidade científica internacional. É possível perceber que Terni trata a transmissibilidade da peste bubônica pela pulga do rato, não com um fato, mas como uma hipótese, nomeando o seu postulador e apontando uma série de outros trabalhos que a refutavam. Além disso, é possível observar uma evidente defesa do papel desempenhado pelos ratos para o surgimento da epidemia de peste bubônica nos homens, mas fora do nexos causal estabelecido por Simond. Terni pode ser situado entre os defensores de uma teoria alimentar da peste, que postulava que alimentos e a água contaminados pelos dejetos de ratos empesteados, eram ingeridos pelo ser humano, que, então, se contaminava. Com base nisso, uma desratização da cidade seria uma importante medida profilática, que, entretanto, deveria vir acompanhada da desinfecção e esterilização dos alimentos e dos objetos.

Para além dessas questões, esses dois artigos ilustram a inexistência de um consenso entre os médicos e cientistas brasileiros sobre a peste bubônica, pelo menos nos primeiros anos de epidemias no país. Por outro lado, evidenciam a existência de um ambiente científico favorável a aceitação de outras teorias sobre a transmissibilidade da peste bubônica e que possuíam defensores de renome no Brasil. Muitas dessas ideias não excluía a importância dos ratos na disseminação da doença, mas a dividiam com outros animais, com objetos contaminados e sobretudo, com o homem, o que significava, por conseguinte, a adoção de variadas estratégias de profilaxia sanitária.

A inexistência de um consenso científico em torno da transmissibilidade da doença pode ser avaliada de outras formas, entre elas, a partir da análise das medidas profiláticas estabelecidas pelas diferentes instâncias administrativas brasileiras. Por ocasião do aparecimento da peste bubônica na cidade de Santos, foram decretadas as seguintes medidas na capital paulista, caso a doença ali surgisse:

1° De ser iniciada a extinção de ratos nas galerias de esgotos e águas pluviais da cidade(...) 4° de ser adotada nos enterros uma capa impermeável, que cubra inteiramente o caixão fúnebre, de modo a impedir que deste e pelas aberturas desprendam-se exalações comunicativas do mal que originou o óbito (Brazil Médico, 1899: 406).

Alguns dias depois, após o aparecimento de mais casos confirmados de peste em Santos e alguns casos suspeitos na cidade de São Paulo, a municipalidade carioca resolveu tomar algumas providências para evitar que o mal chegasse à Capital Federal. Eram essas as medidas tomadas pelo poder público, ou recomendadas à população da cidade:

1° Lavagem dos porões das casas, ou na falta deste dos assoalhos com uma solução fervente de lixívia de potassa a 2% (esta solução mata o germen em cerca de 5 minutos) (...) 3° destruição pelo fogo do lixo das habitações com alcatrão ou querosene de mistura, bem como de tudo quanto houver servido a algum doente de peste(...) 6° Arejamento contínuo das habitações, a máxima exposição possível dos aposentos aos raios diretos do sol, bem como expor ao sol as roupas de uso de lã ou seda 7° cuidado no envenenamento dos ratos, de modo a evitar que eles emigrem e vão espalhar a moléstia 8° Não tocar com as mãos em ratos mortos, apanhá-los a pá ou queimá-los com água-raz ou querosene (...) evitar andar descalço e proteger com encerado ou algodão e atadura qualquer escoriação, arranhadura ou feridas, afim de evitar por ela a infecção. 11°: é recomendável o uso das fumigações odoríferas, alfazema e outras, bem assim o da essência de terebintina ou hortelã pimenta, em pequenas vasilhas, por diversos cômodos da habitação” (Brazil Médico, 1899:425).

Se as ideias de Simond tivessem sido aceitas amplamente pelos médicos e pelas autoridades sanitárias brasileiras, se fossem consensuais, a maioria dessas medidas não faria sentido, ou teria uma eficácia nula. O arejamento da casa, a utilização de fumigações odoríferas ou o isolamento do caixão do doente de peste, não impediriam que as pulgas picassem outros seres humanos. Nem mesmo a desratização das cidades é uma demonstração da aceitação das ideias de Simond, pois como foi mostrado anteriormente, era uma medida defendida também em outras teorias rivais, e como se pode perceber nos textos acima, não há nenhuma menção à pulga do rato como vetor da peste.

O que a análise dessas medidas profiláticas nos mostra é que a transmissibilidade da peste bubônica pela pulga do rato não era um fato, não era um consenso científico no Brasil, sendo

um objeto de debates e controvérsias, conforme ocorria em outras partes do mundo. Por conta desse ambiente de disputas, as medidas profiláticas ordenadas pelas autoridades brasileiras utilizam um pouco de cada teoria sobre a transmissibilidade da doença, buscando evitar que a peste se espalhasse pelo país.

Considerações finais

Como ficou evidenciado, se a transmissibilidade da peste bubônica pela pulga do rato era consensual entre médicos, cientistas e autoridades sanitárias, em 1904, — afirmativa que ainda não podemos corroborar nem rejeitar — o mesmo não se dava nos primeiros anos de epidemia de peste no Brasil. Nos anos de 1899 e 1900, eram outras as posições defendidas pelos cientistas acerca da transmissibilidade da doença, que invariavelmente, implicavam em medidas profiláticas distintas.

Diante dessa conclusão, algumas perguntas surgem. Como se consolidou a ideia de que a peste era transmitida ao homem pela pulga do rato? Como as outras posições, que defendiam formas variadas de transmissibilidade da peste bubônica foram invalidadas? Por que foi adotada, em 1904, a destruição dos ratos e suas pulgas como medida fundamental e não outra política sanitária? Que fatores sociais e científicos contribuíram para a adoção dessa política sanitária? São essas perguntas que pretendemos responder no prosseguimento da pesquisa.

Referências Bibliográficas

Fontes Textuais

“Peste bubônica”, *Brazil Médico*, nº 41, 1º de novembro de 1899, pp 404-406..

“Peste bubônica”, *Brazil Médico*, nº 43, 15 de novembro de 1899, p. 425.

ANDRADE, Nuno. “A peste bubônica em Santos, nº 42, *Brazil Médico*, 8 de novembro de 1899, pp 411-413.

TERNI, Camillo. “Linfatite e peste bubônica”, *Brazil Medico*, (primeira parte), nº23, 15 de junho de 1900, pp. 199-202; (segunda parte), nº 24, 22 de junho, pp. 210-213; (Terceira parte), nº25, em 1º de julho , pp 217-

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

YERSIN, Alexander. “A epidemia de Peste em Nha-trang”, *Brazil Medico*, n°40, 22 de outubro de 1899, pp 389-390.

Artigos

NASCIMENTO, Dilene R. “La llegada de la peste al Estado de Sao Paulo en 1899”.

Dynamis, vol 31, n°1, Granada, 2011.

Livros

BENEDICT, Carol 1955. *Bubonic plague in nineteenth-century China*. Stanford, California: Stanford University Press, 1996.

BROSSOLET, Jacqueline et MOLLARET, Henri. *Pourquoi la peste ? : le rat, la puce et le bubon*. Paris : Gallimard, 1994.

BENCHIMOL, Jaime. *Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: COC/Fiocruz; 1990.

CUKIERMAN, Henrique. *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2007.

HIRST, Leonard Fabian. *The conquest of plague: a study of the evolution of epidemiology*. Oxford: Clarendon Press, 1953.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA JUNIOR, Marcelo. *Peste bubônica*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.